

Economia solidária e pesca artesanal na lagoa Mundaú (AL): Coopmaris avanços e desafios.

Cooperativism and artisanal fishing in the Mundaú lagoon: Coopmaris advances and challenges.

Ana Maria Rita Milani

Professora UFAL, Maceió – AL – Brasil

GT06. Cooperativismo, associativismo e demais ações coletivas no meio rural

Resumo.

Em Alagoas, nordeste do Brasil, a pesca artesanal é praticada principalmente nas regiões lagunares. Nesse contexto, surge a Cooperativa de Trabalho Mulheres Guerreiras (COOPMARIS), com a ideia de “unir forças para produzir mais” e conseguir alcançar um trabalho decente. O objetivo deste artigo é analisar a relevância das práticas da economia solidária para sustentar a pesca artesanal na laguna Mundaú – Maceió – Alagoas. A metodologia utilizada teve como ponto de partida a práxis dos processos de incubação realizados no âmbito da Incubadora de Tecnologia Social da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas (FEAC-UFAL). Esta metodologia está baseada na *pesquisa-ação* e busca demonstrar a importância da interpretação dos experimentos sociais como práxis virtuosa de superação de pobreza e vulnerabilidade. O resultado obtido relaciona-se em identificar os avanços e as limitações apresentados pela Coopmaris no processo de incubação. Os desafios encontrados se relacionam com questões externas à cooperativa e à organização do trabalho, como por exemplo, poluição da lagoa, mudança climática, entre outros. Observa-se que a economia solidária se transforma num caminho para os povos tradicionais reproduzir a vida, costumes e saberes como o da pesca artesanal da mariscagem.

Palavras-chave: pesca artesanal, cooperativismo, Alagoas.

Abstract.

In Alagoas, northeastern Brazil, artisanal fishing is practiced mainly in lagoon regions. In this context, the Women Warriors Cooperative (COOPMARIS) emerged, with the idea of "joining forces to produce more" and achieving decent work. The objective of this article is to analyze the relevance of solidarity economy practices to sustain artisanal fishing in the Mundaú lagoon – Maceió – Alagoas. The methodology used started from the praxis of incubation processes carried out within the Social Technology Incubator of the Faculty of Economics, Administration and Accounting of the Federal University of Alagoas (FEAC-UFAL). This methodology is based on action research and seeks to demonstrate the importance of interpreting social experiments as a virtuous praxis for overcoming poverty and vulnerability. The result obtained relates to identifying the advances and limitations presented by Coopmaris in the incubation process. The challenges encountered are related to issues external to the cooperative and the organization of work, such as lagoon pollution, climate change, among others. It is observed that the solidarity economy is becoming a way for traditional peoples to reproduce their way of life, customs, and knowledge, such as artisanal fishing and shellfish gathering..

Keywords: artisanal fishing, cooperatives, Alagoas.

1. Introdução

A pesca existe como atividade extrativa humana desde a pré-história, sendo responsável da geração de trabalho e renda, e uma importante fonte de alimentos e favorece a permanência dos grupos de pescadores em seu local de origem. Em Alagoas, nordeste do Brasil, a pesca artesanal é praticada principalmente nas regiões lagunares, com destaque para as lagoas Mundaú, Manguaba, Roteiro e Jequiá da Praia. A laguna Mundaú faz parte do Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba (CELMM), o qual está situado numa área predominantemente de restinga, possuindo um espaço geográfico formado por depósitos arenosos, paralelos a linha da costa, constituinte de diversas ilhas em sua formação. A Lagoa Mundaú se destaca pela alta produção de sururu, molusco com fonte de proteínas de alto valor biológico e ácidos graxos. O beneficiamento do molusco é realizado por marisqueiras na beira da lagoa, sendo que muitas vezes o trabalho delas é subvalorizado tanto no aspecto econômico, social e ambiental. Nesse contexto, surge a Cooperativa de Trabalho Mulheres Guerreiras (COOPMARIS), com a ideia de “unir forças para produzir mais” e conseguir alcançar um trabalho decente, entendido como um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, sem quaisquer formas de discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem do seu trabalho (OIT). Assim, a economia solidária se apresenta como um novo caminho, que transforma a realidade social e econômica da Coopmaris, proporcionando trabalho e geração de renda. A economia solidária é pautada na autogestão, na cooperação e na solidariedade.

O objetivo deste artigo é analisar a relevância das práticas da economia solidária para sustentar a pesca artesanal na laguna Mundaú – Maceió – Alagoas.

A metodologia utilizada para caracterizar o experimento social da Coopmaris teve como ponto de partida a práxis dos processos de incubação realizados no âmbito da Incubadora de Tecnologia Social da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas (FEAC-UFAL). Esta metodologia está baseada na *pesquisa-ação* e busca demonstrar a importância da interpretação dos experimentos sociais como práxis virtuosa de superação de pobreza e vulnerabilidade.

Além da introdução e da conclusão, o artigo será dividido em três seções. A segunda seção, marco referencial teórico, será dividida em duas subseções: a) abordará a definição de pesca

artesanal e a contextualização da pesca artesanal do marisco “sururu” no CELMM e a problemática existentes na atualidade e b) apresentar-se-á o conceito de economia solidária, mostrando as diferentes visões e interpretações. Na terceira seção, será apresentada a metodologia que subsidiou a análise deste trabalho, a qual pode ser interpretada na concepção da **pesquisa-ação**, aquela que o pesquisador deixa claro a relevância da prática e intervenção no processo de investigação. Na quarta seção, abordar-se-á os resultados alcançados, a caracterização da cooperativa entendida como luta pela pesca artesanal na lagoa e preservação das comunidades tradicionais e as evidências e avanços no processo de incubação. Por fim, as considerações finais.

2. Marco referencial teórico

Nesta seção serão apresentados os marcos conceituais que norteiam as categorias de análise da interpretação dos avanços do cooperativismo na lagoa Mundaú-Maceió e na pesca artesanal. Assim, a seção será dividida em duas subseções: a primeira abordará as definições da pesca artesanal, problemas e limitações, a segunda apresentará o conceito do cooperativismo visando caracterizar as principais linhas de interpretação.

2.1 Pesca artesanal do sururu: contextualização

De acordo com Diegues *et ali* (1999) a pesca artesanal pode ser definida como aquela em que o pescador, sozinho ou em parceria, participa da captura dos recursos pesqueiros por intermédio da utilização de instrumentos relativamente simples. A legislação pesqueira nacional (Brasil 2009) Lei nº 11.959, de 2009, define a pesca como toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros, a qual pode classificar-se em: comercial, compreendendo as modalidades artesanal e industrial e não-comercial, compreendendo a pesca científica, a amadora e a de subsistência. Segundo essa lei, entende-se como pesca artesanal aquela que é praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo utilizar embarcações de pequeno porte.

A atividade da pesca artesanal é caracterizada pelo importante papel do pescador e do seu conhecimento tradicional, assim como a relação com o meio ambiente natural sendo, muitas vezes, o principal agente social do território. Para Vianna (2008), a principal diferença entre as

populações tradicionais e os outros grupos sociais é o modo harmônico ou de baixo impacto, através dos quais estes grupos se relacionam com a natureza. Diegues (2004) afirma que o conhecimento tradicional da pesca é o conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber-fazer, transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais em sua relação com o ambiente aquático e com a própria sociedade.

Em Alagoas, nordeste do Brasil, a pesca artesanal é praticada principalmente nas regiões lagunares, com destaque para as lagunas Mundaú, Manguaba, Roteiro e Jequiá da Praia. O Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba (CELMM), situado numa área predominantemente de restinga, possui um espaço geográfico formado por depósitos arenosos, paralelos a linha da costa, com diversas ilhas em sua formação (Pedrosa, Medeiros, Nascimento & Galvão, 2017, P.176). A ação das marés permite a influência direta do mar até uma distância significativa da linha de costa, estendendo-se até, aproximadamente, 25 km continente adentro. A lagoa Mundaú tem 27 quilômetros quadrados e é formada pelo barramento da foz dos rios Mundaú e Paraíba do Meio, por deposição dos sedimentos marinhos e o consequente afogamento de seus leitos. A lagoa Manguaba, tem 42 quilômetros quadrados e constitui a região estuarina dos rios Paraíba do Meio e Sumaúma.

O CELMM abrange sete municípios: a) na lagoa Mundaú, estão Maceió, Rio Largo, Satuba, Santa Luzia do Norte e Coqueiro Seco e b) na lagoa Manguaba estão Marechal Deodoro e Pilar. Segundo Wanderley *et al* (2020) o CELMM é um dos ambientes mais representativos do litoral alagoano e apresenta um valor socioeconômico significativo para o estado de Alagoas. Assim, esses autores afirmam que o CELMM constitui uma importante fonte de sobrevivência para as populações que vivem em suas margens e dele retiram elevada porcentagem ou a totalidade do seu sustento.

No município de Maceió encontra-se a orla lagunar do Bairro do Vergel do Lago, na qual existe o trecho conhecido como Dique Estrada que se tornou num dos principais focos da proliferação de aglomerados subnormais. O surgimento desses aglomerados pode ser atribuído, em parte, a atividade da pesca artesanal de subsistência fortemente praticada na região que levou a construção destas moradias irregulares que constituem as favelas: Sururu de Capote, Torre, Muvuca e Mundaú. Atualmente, através do programa da Prefeitura de Maceió foram construídas vivendas populares que modifica esta situação de precariedade, entretanto, a obra está ainda em construção.

A pesca artesanal do marisco “sururu” é realizada na lagoa Mundaú, com uma cadeia produtiva realizada por pescadores e marisqueiras que tiram o sustento para as famílias a partir desta

prática. Trata-se de uma atividade fundamental para o desenvolvimento sustentável e conservação da natureza, uma vez que reduz a pobreza, combate às desigualdades de gênero e possibilita a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) para as famílias da lagoa. A atividade de mariscagem por partes das mulheres da lagoa vai além da produção do sustento, essa atividade se transforma numa relação histórica com o território, que engloba desde o beneficiamento do molusco, o conhecimento das marés, a conscientização ecológica e da conservação de recursos hídricos, entre outros. A cadeia produtiva do sururu, tem características extrativistas, sendo apresentada no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Figura 5 - Fluxograma da cadeia produtiva do Sururu



Fonte: Milani, A.; Oliveira, R, (2021)

A quantidade de sururu extraído, segundo os moradores da região, depende das condições climáticas, a época do ano principalmente o período de chuvas no inverno e a medida da salinidade da água, devido mistura da água doce da lagoa com a água salgada do mar. Os trabalhadores, muitas vezes, enfrentam a rotina de trabalho no sururu sem o uso de equipamentos de proteção individual apropriados, encaram inadequações ergonômicas que são associadas ao processo por conta da má postura, sobrecarga física, movimentos repetitivos, lesões, inalação de fumaça e apneias contínuas, assim como a exposição e o contato com o ambiente insalubre. A atividade pesqueira na região da lagoa Mundaú tem importância cultural

e como meio de subsistência para a comunidade tradicionais, oferecendo o sustento para as famílias.

2.2 Economia solidária: definições

Pode se dizer, que a economia solidária se inspira num ideário filósofo e empírico (uma práxis social) que tem como base o trabalho e a distribuição equitativa do excedente produtivo entre os trabalhadores. Sua ênfase está no aprimoramento e desenvolvimento humanos em suas dimensões sociais e culturais. Nesse sentido, cabe ressaltar que a economia solidária se concretiza no final do século XX, com base em movimentos sociais, fábrica recuperadas o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) que buscam uma sociedade mais igualitária e justa. Na trajetória de superação das dificuldades enfrentadas no sistema capitalista a economia solidária se apresenta como um novo caminho, que transforma a realidade social e econômica, proporcionando trabalho e geração de renda. A economia solidária é pautada na autogestão, na cooperação e na solidariedade. Assim sendo, os atores da economia solidária passam a ser agrupados em empreendimentos econômicos solidários (EES), os quais trabalham coletivamente e os membros se tornam sócios proprietários do empreendimento. Cada trabalhador tem o mesmo peso na tomada de decisões, no trabalho e também nos lucros, assim como define Singer (2002b):

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica (SINGER, 2002b. p 10).

Na visão de Singer (2002a), o sistema capitalista é estruturalmente competitivo e marcado pela desigualdade social, sendo que a economia solidária surge para proporcionar uma realidade mais igualitária e menos competitiva aos trabalhadores. A principal característica da economia solidária para Singer (2002b) é a autogestão, nas palavras do autor “autogestão promete ser eficiente em tornar empresas solidárias, além de economicamente produtivas, centros de interação democráticos e igualitárias (em termos), que é o que seus sócios precisam” (Singer, 2002. p. 23). Entretanto, outros autores vão acrescentando como característica principal dos EES a solidariedade e a socialização dos recursos produtivos (Singer 2002b; Gaiger, 2013; Gaiger, 2004). Para estes autores a solidariedade estimula uma institucionalidade de reciprocidade, com maior equidade entre as partes que intervêm no processo. Embora ainda é

difícil de se pensar a economia solidária como hegemônica, mas pode-se dizer que os processos de gestão e produção nela praticados servem para embasar uma transformação social desenvolvendo o local e a região na qual se encontra. Paul Singer (2002b) argumenta que a economia solidária aparece como “modo de produção intersticial”, preenchendo espaços econômicos e lacunas sociais que o capitalismo havia produzido, como por exemplo as empresas recuperadas e autogeridas que começam a emergir introduzindo elementos de democracia e igualdade (Gaiger, 2013; Culti, 2018).

Tauille e Rodrigues (2004) salienta que o surgimento da economia solidária se apresenta como expressão da criação de grande número de cooperativas urbanas, sejam de produção, trabalho, consumo ou crédito, dentro de um movimento entre a sociedade civil e as políticas públicas progressistas. Uma característica deste tipo de empreendimento é que seus atores estão engajados e interessados no desenvolvimento. Para sociedades com elevados índices de desocupação e baixo nível de renda, o grau de apoio institucional para esses empreendimentos torna-se fundamental.

Para Grade (2010), a economia solidária se apresenta como um processo revolucionário dos homens produtores diretos, em sua práxis histórica determinada, sob o modo de produção capitalista que gera elementos para a superação de sua alienação. A solidariedade aparece como forma de superação do capital e de suas categorias: salário e lucro. A solidariedade é um espaço transitório para a construção de uma nova forma de produção da vida. Concomitantemente a esta ideia, Luis Razeto (1990), argumenta que os grupos solidários funcionam com recursos escassos, técnicas rudimentares, baixa tecnologia, saber fragmentário e capacidade de gestão rudimentar ou intuitiva. No entanto, nesses grupos surge uma racionalidade diferente, que evidencia a força da solidariedade que combinada a esses poucos recursos potencializa os resultados obtidos.

No cooperativismo o trabalho é valorizado na seguinte perspectiva: pela autonomia e democratização que as cooperativas adotam ao serem autogestionária, acabando com a relação de subordinação do trabalho assalariado, transformando-se ao mesmo tempo proprietários, gestores e trabalhadores. Assim, o trabalhador passa a ser o responsável pela produção. Nascimento (2015) argumenta que a autogestão pode caracteriza um novo modo de produção, sendo uma construção permanente das práticas do socialismo na que o poder está nas mãos dos trabalhadores.

O cooperativismo e a economia solidária são o caminho alternativo para muitos trabalhadores que enfrentam as mais diversas dificuldades da exclusão social que encontram, através do

trabalho e das articulações que surgem do processo social da economia solidária, uma oportunidade de vivenciar novas experiências e garantir o sustento de suas famílias.

Feitas estas considerações, na seção seguinte apresentaremos a metodologia utilizada para atingir os objetivos.

3. Metodologia

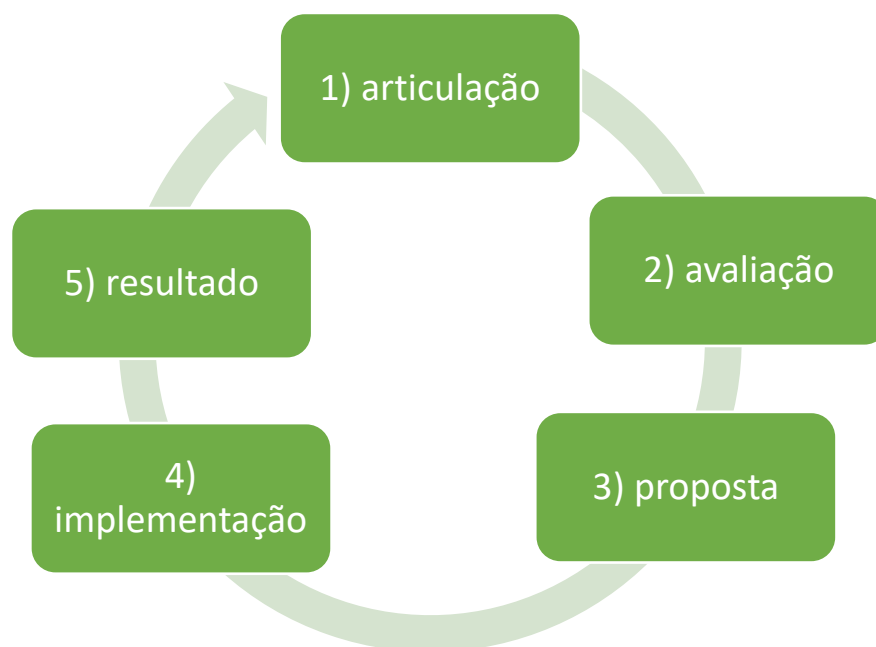
Com o surgimento das incubadoras nas universidades, foi se construindo uma visão diferente do papel dela na sociedade, das formas de intervenção e extensão, sendo a transformação social o fio principal das ações. Na verdade, as práticas extensionistas promovem inter-relações entre os saberes acadêmicos e populares, gerando aprendizados numa dupla direção. Entretanto, as incubadoras de tecnologia social buscam direcionar essas práticas, engajando a academia junto a problemática da comunidade. As incubadoras sociais possuem dois eixos principais de ação: a) tecnologia social: relaciona-se com a criação de diferentes metodologias que promovam a resposta aos problemas sociais que carecem de atenção por meio da sociedade e b) melhoria da qualidade de vida: fenômeno fundamental do desenvolvimento humano e social. Assim, as incubadoras se transformam em promotoras do desenvolvimento das comunidades locais, em espaço de disseminação de conhecimentos, por meio do processo de capacitação denominado incubação, garantindo assessoria para associações e cooperativas (Addor, 2021).

A Incubadora de Tecnologia Social da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas (ITS-FEAC) tem como objetivo contribuir no desenvolvimento de cooperativas, sendo os objetivos específicos: a) promover a inovação em tecnologia social; b) fomentar processos de incubação das organizações sociais; c) estimular o cooperativismo e na comunidade regional; d) fomentar a tecnologia de produtos, serviços e processos; e) prospectar novas possibilidades de negócios; f) disseminar o conhecimento através de cursos de capacitação e interrelações de saberes conjuntamente com a universidade; g) fomentar a geração de trabalho e renda.

A ITS-FEAC é um Núcleo Temático vinculado à Incubal-UFAL da Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (PROPEP) e tem na sua estrutura programas permanentes de ações de extensão junto à comunidade. Na execução das ações, utiliza a metodologia que tem como ponto de partida a dialética fundamentada em Marx e Paulo Freire, considerando a interrelação entre a teoria e a prática como forma de interpretar a realidade e propor ações de intervenção que visem integrar o conhecimento acadêmico com o popular. Assim, as condições reais serão sempre o ponto de partida para a condução de diversas atividades. Assim, a metodologia pode

ser interpretada na concepção da **pesquisa-ação**, na qual o pesquisador deixa claro a relevância da prática e intervenção no processo de investigação. Nesta perspectiva, é a pesquisa que articula uma relação entre teoria e prática no processo de construção do conhecimento. A pesquisa-ação pode ser interpretada como um processo natural que ganha aspectos diferentes diante da realidade que se apresenta contraditória. Assim, Corrêa, Campos e Almagro (2018) ilustram a pesquisa-ação ciclos, que vão se melhorando através da prática e da pesquisa, para serem replicados novamente de forma dinâmica a partir da identificação do problema.

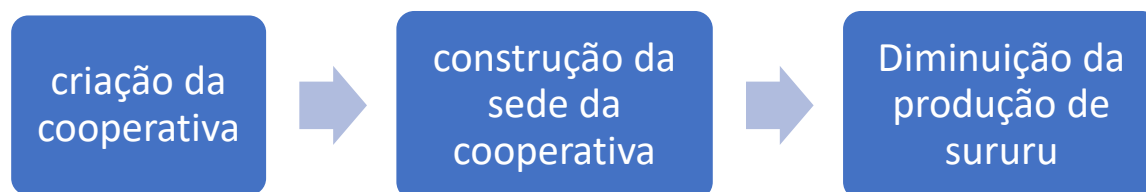
Figura 1 – Metodologia aplicada pela ITS-FEAC: fluxo de processos



Fonte: elaboração própria, 2026.

Assim, na execução do processo de incubação da Coopmaris pode-se estabelecer três grandes cortes históricos ou fases sequenciais que se relacionam com os desafios apresentados nesse período. Cabe salientar que as seguintes fases, as quais se dividiram em três grandes áreas, seguem o fluxo metodológico da ITS-FEAC, apresentado na Figura 1. Assim, os três momentos históricos são os seguintes:

Figura 2 – Fases metodológicas da tecnologia social aplicada na Coopmaris



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados primários, 2026

Assim, essas fases ou grandes áreas da metodologia aplicada permitiram classificar os resultados obtidos no processo de incubação. Na seção a seguir serão apresentados os principais resultados.

4. Análise de Resultados.

A análise dos resultados seguirá as fases detectadas no processo metodológico.

4.1 Criação da cooperativa

Como salientado anteriormente, no CELMM uma das principais atividades produtivas é a pesca artesanal e a mariscagem do molusco típico da região: o sururu¹. As marisqueiras começam sentir a necessidade de melhor se organizar para valorizar seu trabalho, surgindo a iniciativa da formação de uma cooperativa, como forma de “unir forças para produzir mais” nos dizeres delas. Assim, através da sensibilização de várias organizações da sociedade civil que são: a Visão Mundial, o Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu (CEASB), Incubadora de Tecnologia Social (FEAC-UFAL), Centro de Defesa dos Direitos Humanos- CEDECA Zumbi dos Palmares com o apoio do Ministério Público do Trabalho, desenvolveram a mobilização e a organização das marisqueiras para fundação de uma cooperativa de trabalho. No começo do ano 2018, foram realizadas oficinas de capacitação para a gestão e produção de qualidade, o fortalecimento da identidade, acesso e conquista de direitos, resultando na fundação da Cooperativa de Trabalho das Marisqueiras Mulheres Guerreiras – a Coopmaris, a qual já está formalizada. Foram executadas oficinas de comercialização e de produção com “boas práticas”

¹ O sururu constitui importante fonte de renda e de alimento para a população local. Em 2014, o sururu foi considerado patrimônio imaterial do estado de Alagoas, ícone da identidade alagoana sendo referência na culinária, como também da cultura local, como por exemplo, a música, a literatura, etc.

sanitárias, focando no fortalecimento e do grupo, que diante das adversidades cotidianas precisaram de apoio e acompanhamento para geração de renda.

A Coopmaris, atualmente, está formada por 50 mulheres marisqueiras que são oriundas das quatro favelas da lagoa no Bairro Vergel do Lago. No aspecto organizacional da cooperativa, foi decidido que uma representante das 4 comunidades da Beira da lagoa seria representante na direção, tomando decisões de forma conjunta através das assembleias. Paralelamente à formação da cooperativa, realizaram-se gestões junto ao poder público sobre a necessidade de se ter um espaço para conseguir obter um trabalho decente na produção do sururu. Assim, a Prefeitura Municipal de Maceió cedeu um prédio para abrigar uma unidade de beneficiamento da cooperativa, o qual é considerado como uma grande conquista e que ofereceu um sentimento de esperança para o futuro da cooperativa. O avanço institucional da formalização da cooperativa permitiu visibilizar e valorizar o trabalho das marisqueiras demonstrando a organização do trabalho em forma conjunta como uma inovação de impacto social, fundamentalmente porque influencia positivamente a cadeia produtiva e o território.

4.2 Construção da sede da Cooperativa

O espaço cedido pela prefeitura de Maceió precisava de reformas, fundamentalmente, para o beneficiamento do molusco, tendo considerado que as boas práticas de manipulação do sururu seriam necessárias. No ano de 2021, o Ministério Público do Trabalho em Alagoas (MPT) e o Tribunal Regional do Trabalho destinaram fundos para a reforma do prédio e instalação da unidade de beneficiamento visando o trabalho coletivo e as boas práticas de tratamento do molusco. Dessa forma, no novo espaço, às margens da lagoa, serão criadas condições para produção em condições adequadas, com capacidade de estocagem, com a orientação da Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária (ADEAL) no cumprimento das normas vigentes. A implantação da unidade de beneficiamento, buscava a ampliação da produção, da comercialização e da capacidade de gestão da Coopmaris integrando-os como grandes desafios para o futuro.

A reforma da sede da cooperativa ficou pronta e 2023, entretanto, faltavam os materiais permanentes como, por exemplo, bancadas, pias, ar condicionados, fogão, entre outros. No ano 2025, a cooperativa recebe um apoio para finalizar a reestruturação da sede, a qual está em andamento.

4.3 Diminuição do Sururu na lagoa Mundaú

O conhecimento ancestral do beneficiamento do sururu vai passando de geração em geração buscando a preservação e cuidado da lagoa, denominada pelas marisqueiras de “mãe” devido tirarem o sustento para as famílias. A Coopmaris na sua prática e organização do trabalho preserva a sustentabilidade e produção do marisco, o qual tem um período do ano, no inverno, quando as chuvas aumentam e a salinidade se modifica, o sururu não se desenvolve. O molusco denominado de sururu é considerado patrimônio imaterial de Alagoas, fazendo parte da culinária local, da defesa do território, da cultura e da geração de renda. Nesse sentido, o beneficiamento do sururu sustenta aproximadamente 3000 famílias que trabalham nessa atividade que em sua maioria é a única fonte de sobrevivência destas pessoas.

No entanto, atualmente a reprodução e beneficiamento do sururu encontra-se ameaçado por vários fatores que perpassam por diferentes áreas, como por exemplo, a poluição da lagoa, a mudança climática, o desastre ambiental da extração de sal-gema na lagoa pela empresa Braskem² e uma espécie invasora denominado “sururu branco”³, que influenciam negativamente para o desenvolvimento do molusco. Como decorrência desses fatores, que só foram elencados e não serão aprofundados, o beneficiamento do sururu encontra-se ameaçado assim como o sustento das famílias da lagoa e das marisqueiras da Coopmaris.

A atuação das mulheres marisqueiras e pescadoras vai além da conservação, ela expressa uma relação complexa e contínua com o território, com o tempo e com o conhecimento. O trabalho da mariscagem exige esforço físico e conscientização ecológica. Essa atividade tradicional envolve o reconhecimento dos ciclos das marés, do período das chuvas e das formas de conservação dos recursos hídricos. Quer dizer, é um saber coletivo, que envolve tanto o corpo (esforço físico) quanto a mente (conhecimento do ambiente), carregando identidade e memória. No entanto, a continuidade destas atividades artesanais tem sido ameaçada por diversos fatores.

² A Braskem é a empresa responsável pela mineração do sal-gema em Maceió e que provocou o afundamento e instabilidade do solo em cinco bairros dessa capital. Fundamentalmente, em dezembro 2023 teve a eclosão da mina 18 que possui um trecho na lagoa Mundaú, o que poderia modificar a salinização da água, provocando grandes consequências para o ecossistema da região, que apresenta mangues e sururu, que são fundamentais para a subsistência de muitos pescadores e marisqueiras.

³ O sururu branco, encontrado pelos pescadores, pode ter vindo dos mares do Caribe em cascos de navios e foi relatado pelas catadoras de sururu como um espécie que não serve para o consumo. “Os pescadores e marisqueiras disseram que tem um gosto ruim, se desmancha no cozimento e não é saboroso como o nosso sururu nativo” (<https://noticias.ufal.br/transparencia/noticias/2023/04/ufal-e-sociedade-fala-sobre-o-sururu-branco-que-surgiu-na-laguna-mundau>).

A economia solidária se apresenta como uma possibilidade de superar relativamente esses fatores adversos, que foram expostos e que são vivenciados diariamente. A organização do trabalho de forma coletiva permitiu visibilizar a atividade das marisqueiras evidenciando a necessidade de apoio da política pública, a qual respondeu a partir de diferentes órgãos a nível municipal, estadual e federal. Nesse sentido, observa-se que a atividade da pesca artesanal começa a ser “enxergada” de uma forma diferente, a partir da organização do trabalho e da busca de melhores práticas de tratamento do alimento, assim como também a relação com o território.

Alguns dados socioeconômicos foram levantados a partir do processo de incubação da cooperativa, caracterizando a cooperativa da seguinte forma: 40 mulheres, com uma faixa etária na média de 40 anos, identificando-se como pretas e pardas e todas recebem o auxílio do programa bolsa família. Com relação à gestão da cooperativa podemos caracterizá-la com o Quadro 1 de pontos positivos e negativos, os quais foram levantados a partir das visitas, capacitações e oficinas realizadas na Coopmaris.

Quadro 1 – Diagnóstico de pontos positivos e negativos da Coopmaris

Pontos positivos	Pontos negativos
Trabalho coletivo (autogestão)	Degradação ambiental da Lagoa
Solidariedade entre as cooperadas	Perda da geração de renda
Visibilidade e valorização do trabalho	Instabilidade
Visibilidade da política pública	Mudança climática com chuvas mais intensas afetando a salinidade da lagoa
Conscientização dos problemas do meio ambiente e do território	Impossibilidade de manter a produção do sururu de forma continua

Fonte: elaborada pela autora, 2025.

O Quadro 1 mostra os “pontos positivos” e “pontos negativos”. Os primeiros podem ser interpretados como características inerentes a cooperativa que sustentam o trabalho e podem se transformar em suporte para uma perspectiva de futuro desenvolvimento. A maioria deles, se relacionam com o conceito de economia solidária, sendo que essa inter-relação se apresenta de forma horizontal, ou seja, sendo construída com as cooperadas. A autogestão permitiu valorizar o trabalho das mulheres, fundamentalmente, pela rotatividade das funções as quais demonstram a existências de processos democráticos. Os segundos se relacionam com questões de poluição e da mudança climática que afetam o ecossistema, provocando a falta de continuidade da

produção e da renda. A identificação desses pontos surge a partir da pesquisa do projeto de extensão com as próprias mulheres, sendo elas a centralidade do processo de trabalho.

Os desafios enfrentados pelas marisqueiras da Lagoa Mundaú foram muitos, mas neste período se percebe que eles estão relacionados a fatores externos à cooperativa, afetando a toda a comunidade. Esses fatores estão relacionados com a mudança climática, poluição no meio ambiente, entre outros.

5. Considerações finais

A economia solidária surge como uma via alternativa à lógica capitalista que tanto marginaliza as mulheres, sendo essa economia o espaço no qual se concretiza a representação, a produção e a comercialização das marisqueiras. Na economia solidária os povos tradicionais, neste caso de estudo a pesca artesanal, são “acolhidos” como espaço social de reprodução da vida, de geração de renda e preservação do meio ambiente. Buscamos evidenciar que o experimento social da Coopmaris no Bairro Vergel do Lago apresenta processos organizativos dos trabalhadores diretos que tentam superar a exclusão social e invisibilidade dessas atividades.

As estratégias construídas pela classe trabalhadora estão passando pela promoção de novos padrões de desenvolvimento local e regional na viabilização de processos sustentáveis de crescimento econômico e distribuição de riqueza. Ganham centralidade formas de desenvolvimento sustentável e solidária. Estes novos conceitos vêm ocupando a agenda dos setores populares como caminhos alternativos para a construção de suas vidas e de distribuição de renda. Assim, as marisqueiras observam que a pesca artesanal se encontra ameaçada pela poluição e a mudança climática, fazendo ressurgir uma outra consciência dos homens que indica que é necessário repensar as práticas sociais e econômicas, ao mesmo tempo em que abrem caminhos e possibilidades de mudança dessa sociedade.

Na verdade, o experimento coletivo da Coopmaris nos evidencia o avesso de uma sociedade regida pelo capital, que de forma contraditória mostra caminhos possíveis para autogestão incluir os trabalhadores. A pesca artesanal ganha visibilidade através do trabalho organizado coletivamente e preserva saberes construídos socialmente que foram passando de geração em geração e que evidenciam a história da lagoa Mundaú, atualmente desvalorizada.

É imprescindível que se construa um amplo e vigoroso projeto de desenvolvimento no Estado de Alagoas que considere estes experimentos e sua nova lógica assim como também um

programa de preservação ambiental para pelo menos amenizar a falta de sururu. Embora esteja ainda em construção, evidencia que existe uma dinâmica em construção e que se bem conduzida pode desencadear caminhos organizativos e propositivos no campo das políticas públicas, dado os resultados positivos obtidos a partir das parcerias que buscavam melhorar a situação de vulnerabilidade das marisqueiras da Coopmaris.

Referências

ADDOR, F. Extensão tecnológica e Tecnologia Social: reflexões em tempos de pandemia. *Revista NAU Social* - v.11, n.21, p. 395-412. Nov.2020-Abr. 2021.

CORRÊA, G.C.G.; CAMPOS, I.C.P.; ALMAGRO, R.C. Pesquisa-ação: uma abordagem prática da pesquisa qualitativa. *Revista Ensaios Pedagógicos*. Sorocaba, v.2, n.1, p.62-72, 2018.

CULTI, Maria Nezilda. *El cooperativismo popular en Brasil: Importancia y Representatividad*. In: CONGRESO EUROPEO DE LATINOAMERICANISTAS, 3., 2002, Amsterdam. *Congresso [...]* Amsterdam: University of Amsterdam, 2002.

DIEGUES, A. C. *A pesca construindo sociedades*. São Paulo: NUPAUB, 2004.

DIEGUES, A. C. et al. *Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil*. São Paulo: NUPAUB, 1999.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise e Dados*, Salvador, SEI/Governo da Bahia, v.12, n.1, p.9-19, jun. 2002.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Caderno CRH*, Quadrimestral, Salvador, v. 16, n. 39, p.181-211. 2003.

GAIGER, Luiz Inácio. *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Bernardo do Campo, v. 28, n. 82, p. 211-259, 2013.

GRADE, M. As possibilidades revolucionárias hoje: solidariedade versus capital. In: Marco Aurélio Marques Ferreira; Magnus Luiz Emmendoerfer; Rodrigo Gava. (Org.). *Administração Pública, Gestão Social e Economia Solidária: avanços e desafios*. Viçosa (MG): Editora da UFV, p. 274-300, 2010.

MILANI, A.M.R.; OLIVEIRA, R. Cooperativismo no bairro Vergel do Lago na Lagoa Mundaú – Maceió – Alagoas e a criação da COOPERATIVA DE TRABALHO DAS

MARISQUEIRAS MULHERES GUERREIRAS (COOPMARIS). *Revista Pegada* – vol. 22, n.2. Maio-Agosto/2021

NASCIMENTO, C. A autogestão e o “novo cooperativismo” (Prefácio). In: Dickmann, I., & Dickmann, I. (Org.) *A questão da habitação popular* — Curitiba: Base Editorial, IBEP, 2015.

PEDROSA, A.N.; MEDEIROS, M.P; NASCIMENTO, R. V.; GALVÃO, V.K. Dique Estrada: desvendando os impasses para o desenvolvimento nas comunidades da lagoa Mundaú-Maceió-AL. *Revista de Desenvolvimento Social*. Nº 21.01, 2017.

RAZETO, L. *Economia Popular de Solidaridad: identidad y proyecto en una visión integradora*. Santiago: Programa de Economía del Trabajo, 1990.

SINGER, P. “A recente ressurreição da economia solidária no Brasil”. IN: B. S. Santos, *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 81-130, 2002a.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Primeira Edição, 2002b.

TAUILE, J.R.; RODRIGUES.H. Economia solidária e autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda. *Revista Mercado de Trabalho*. IPEA, 2004.

VIANNA, L. P. *De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação*. São Paulo: Annablume, 2008.

WANDERLEY, A.D.P.; MENDONÇA, A.G.R.; OLIVEIRA, L.C.; FIGUEREIREDO, I.M.; BATALHA, L.T.; BOTERO, W.G. COMPLEXO ESTUARINO LAGUNAR MUNDAÚ-MANGUABA: CARACTERIZAÇÃO DA MATÉRIA ORGÂNICA NATURAL E INTERAÇÃO COM ÍONS Hg. *Revista Química Nova*. Vol.43, nr. 2 São Paulo, fev. 2020